

Mapeamento e diretrizes para qualificação de projetos sociais de Arquitetura e Urbanismo em Lajeado/RS: aplicação do projeto de pesquisa

Mapeo y orientaciones para calificación de proyectos sociales de Arquitectura y Urbanismo en la ciudad de Lajeado (Brasil): aplicación del proyecto de investigación

Sessão Temática: Políticas Públicas, Habitação e Cidade

RUTHNER, Bruna Zanoni; Arquiteta e Urbanista; Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

bruna.ruthner@universo.univates.br

DELAZERI, Bárbara; Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo; Universidade do Vale do Taquari - Univates

barbara.delazeri@universo.univates.br

FREITAS, Alexsandro Júnior Fontela de; Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo; Universidade do Vale do Taquari - Univates

alexsandro.freitas@universo.univates.br

OSTERKAMP, Guilherme; Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Universidade do Vale do Taquari - Univates

guilherme.osterkamp@univates.br

SILVA, Tainá Bilhar da; Arquiteta e Urbanista; Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

taina.silva1@universo.univates.br

WEIZENMANN, Jamile Maria da Silva; Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Universidade do Vale do Taquari - Univates

jamilew@univates.br

Resumo

Ao associar a qualidade de vida à moradia é possível relacionar a temática da arquitetura com a área das ciências da saúde. Em especial, quando se identifica a maneira como a residência é ocupada e a sua inserção na cidade. A pesquisa apresentada neste trabalho tem como objetivo desenvolver diretrizes para qualificar projetos de interesse social no

município de Lajeado/RS, sobretudo em relação à moradia. O estudo envolve uma pesquisa prévia sobre o tema da Habitação Social no período da Arquitetura Moderna e seus rebatimentos no cenário contemporâneo, a fim de elencar as qualidades da arquitetura e urbanismo necessárias aos projetos. A partir disso, o foco ocorre em relação ao mapeamento das comunidades vulneráveis da cidade, por meio de uma interface com o Projeto de Extensão Habitar Bem. Com base nos dados coletados, objetiva-se estabelecer diretrizes técnicas na área de arquitetura, urbanismo e engenharia que permitam qualificar futuros projetos sociais.

Palavras-chave: Habitação, vulnerabilidade social, planejamento.

Abstract

By associating the quality of life and housing, it is possible to relate the theme of architecture to the area of health sciences. In particular, when identifying the way the residence is occupied and its insertion in the city. The research aims to develop guidelines to qualify projects of social interest in the city of Lajeado (Brazil), especially in relation to housing. This essay presents a study that involves a previous research on the theme of Social Housing during the period of Modern Architecture and its repercussions in the contemporary scenario, in order to list the qualities of architecture and urbanism necessary for the projects. From this, the focus is on the mapping of vulnerable communities in the city, through an interface with the Habitar Bem Extension Project. Based on the collected data, the objective is to establish technical guidelines in the area of architecture, urbanism and engineering that allow the qualification of future social projects.

Keywords: housing, social vulnerability, planning.

1. Introdução

A habitação social e o direito à moradia digna são temas emergentes nas cidades. O contexto brasileiro na área da moradia de interesse social representa diversas questões merecedoras de análise tais como a qualidade ambiental das residências, a descontinuidade e precariedade das políticas de habitação, a carência de planejamento urbano aplicado nos municípios e o próprio déficit habitacional do país. Tais questões aliam-se ao fato de que a aplicação das políticas de habitação ocorre na escala municipal e envolve diferentes atores, poderes e interesses e pode promover a transformação territorial, além de melhoria na qualidade de vida da população.

No atual momento, que apresenta os agravantes gerados com a pandemia da Covid-19, tal cenário se acentua e se evidencia nos grandes centros urbanos como também

no interior dos estados brasileiros. O município de Lajeado-RS situa-se entre estas duas caracterizações e é palco da pesquisa apresentada no presente artigo.

Pensar na pauta da moradia leva a pontos de significativa reflexão na pesquisa acadêmica, entre eles a qualidade de vida da população de baixa renda, as condições de saúde pública e o acesso a equipamentos urbanos básicos. Estes tornam-se prioridade, sobretudo nas atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades.

Nesse sentido, a fim de compreender as demandas na região do Vale do Taquari e exercer a função comunitária da Universidade do Vale do Taquari - Univates - concebeu-se o Projeto de Pesquisa Voluntário “Da cidade à moradia: mapeamento e diretrizes para qualificação de projetos sociais de Arquitetura e Urbanismo em Lajeado/RS”. O projeto surgiu de demandas verificadas e captadas pelo Projeto de Extensão Habitar Bem, em parceria com o Projeto de Extensão Ações Interdisciplinares de Cuidados em Saúde, ambos da Univates.

Ao longo das ações extensionistas realizadas pelos projetos, observou-se a evidente precariedade das habitações do bairro Santo Antônio, em Lajeado-RS, no qual se verificou de forma expressiva a situação de vulnerabilidade social da população residente. Tais averiguações, ocorridas em ambos os projetos de cunho extensionista, sugerem uma conjectura onde a presença de problemas de saúde dos habitantes acompanha a baixa qualidade ambiental das moradias. Tal relação revela a pertinência e necessidade de pesquisas acadêmicas no presente contexto. Com isso, estruturou-se o projeto de pesquisa supracitado, que teve aprovação como projeto voluntário em março de 2022.

O objetivo geral do projeto é desenvolver diretrizes para as ações da gestão pública na área de interesse social, em especial no âmbito da habitação e equipamentos de apoio, de forma a promover a moradia digna no município de Lajeado. Para tal, define-se como aporte teórico os estudos desenvolvidos por Rovira Llobera (2010), englobando a Arquitetura Moderna e estudos de caso na América Latina, e, Bonduki (2002) para a contextualização do tema no cenário brasileiro.

Para viabilizar as pesquisas que fundamentam o trabalho a ser desenvolvido, estabeleceu-se parcerias com o poder público, buscando apoio da Prefeitura Municipal de Lajeado, fundamentalmente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Lajeado (SMDS) e da Secretaria da Saúde (SESA), além de escolas do bairro Santo Antônio. A metodologia do estudo consiste na análise de referencial aplicado ao cenário atual a partir da ferramenta de Inserção Urbana do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP (2015). Esse documento elenca critérios que avaliam os temas de transporte, equipamentos de comércio e serviço, além de morfologia e integração urbanas.

Os resultados obtidos a partir da análise da ferramenta aplicada ao bairro Santo Antônio objetivam a elaboração de documentos para a gestão pública no âmbito da

habitação social. Com esses estudos, espera-se contribuir para a criação de políticas públicas efetivas para o tema da habitação social no município de Lajeado - RS.

2. Estado da arte

Para analisar o cenário atual das ocupações no bairro Santo Antônio e o que influenciou na forma e ocupação urbana do município, faz-se necessário realizar um apanhado resumido de tópicos que servem de amparo à pesquisa. Ao retomar o histórico do surgimento de cidades, Huberman (1986, p. 26) traz a perspectiva das primeiras ocupações na Europa:

À medida que o comércio continuava a se expandir, surgiam cidades nos locais em que duas estradas se encontravam, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a terra apresentava um declive adequado. Tais eram os lugares que os mercadores procuravam.

A América Latina, com a colonização europeia, passa pelo processo de exploração de povos originários e das riquezas naturais, dando início em território brasileiro, assim, à composição do que hoje reconhecemos como cidades (CASTRO, 2018). Com a agricultura como principal atividade econômica, os rios desempenham papel fundamental no desenvolvimento desses povoados. A exemplo disso, Lajeado tem o assentamento de seus primeiros povoados às margens do Arroio Lajeado e do Rio Taquari (MÜLLER, 1976).

Na Revolução Industrial, ocorrida entre 1760 e 1830, é possível observar o surgimento do movimento moderno nas artes. Com a transformação da sociedade no âmbito da política e cultura, compreende-se o surgimento da modernidade na Arquitetura a partir desta fase (BENEVOLO, 2001). A partir do surgimento dos problemas relacionados à mudança da sociedade, estudos em relação a urbanização das cidades industriais aconteciam na Europa e nos Estados Unidos da América. E foi através do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), em 1930, que começaram de fato as discussões sobre os problemas urbanísticos e de arquitetura. A cada CIAM projetavam-se futuros estudos e melhorias nestas áreas. Neste momento, chega-se à conclusão de que é necessário ajuda do Estado para que as famílias tivessem acesso à moradia. Debates que arquitetos como Le Corbusier e Walter Gropius já tentavam introduzir antes de 1930 (BENEVOLO, 2001).

Relacionado às políticas públicas de habitação, pode-se dizer que os problemas habitacionais no Brasil estão correlacionados pelo avanço da forma urbana das cidades durante o período colonial (1520-1822). O avanço formal padronizado foi estruturado em projetos arquitetônicos com altos padrões construtivos munidos de redes de infraestrutura.

Em contrapartida, a ausência de políticas públicas voltadas à população vulnerável que não tinha condições de comprar terras legais e formalmente ocasionou a fragmentação socioespacial do país.

A Constituição Política do Império do Brasil de 1824 regulamentou o direito à propriedade como direito individual, reforçando que este é um direito institucional e inviolável (BRASIL, 1824). Também, reforçou a responsabilidade do Estado para a garantia desse direito:

A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e à **propriedade** (grifo nosso), é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

XXII. É Garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização. (BRASIL, 1824, Art. 179, inciso XXII).

No Brasil, foi a partir do Governo Vargas em 1942, que as primeiras medidas foram tomadas pelo Estado no âmbito da moradia através da lei do inquilinato, que regulamentou a relação entre locadores e inquilinos e congelava os aluguéis, única forma de moradia urbana para os operários (BONDUKI, 2002).

Mas foi em 1945, através do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP), que o governo federal tornou possível a aquisição de moradias através de financiamentos. Os conjuntos construídos nesse período ficaram conhecidos pela sua qualidade arquitetônica, destaca-se o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), de 1951, e o Conjunto Residencial Marques de São Vicente (Minhocão da Gávea), de 1950, ambos projetados pelo arquiteto e urbanista Affonso Eduardo Reidy (BONDUKI, 2002).

Embora as IAPs tenham sido de grande incentivo na produção de habitações, sua criação não fazia parte de uma política nacional sobre o tema. Como menciona Porangaba (2020) o incentivo à construção das moradias beneficiou somente os trabalhadores associados. Aqueles que dispunham de trabalho informal, como desempregados e trabalhadores de zonas rurais, permaneceram sem suporte do governo para o acesso à habitação (PORANGABA, 2020).

Foi em 1946 que pela primeira vez os termos “moradia”, “residência” e “habitação” foram utilizados, substituindo a palavra “casa”, através do primeiro órgão federal criado pelo Decreto-Lei nº 9.218 de 1º de maio de 1946 que instituiu a Fundação da Casa Popular (FCP) no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Tendo como tema específico a área de habitação e desenvolvimento urbano, o decreto oficializou o termo Casa Popular como

forma de identificar toda habitação direcionada à população de baixa renda. Além disso, o programa também auxiliou a construção ou o subsídio das residências (PORANGABA, 2020).

Vale destacar que o FCP não contemplava parâmetros aos serviços de saneamento, abastecimento de água, localização das habitações, entre outros critérios relevantes para a qualidade das moradias. Somente através do Decreto-Lei nº 9.777, de 6 de setembro de 1946, que viabilizou o financiamento de obras de infraestrutura urbana ou semelhantes que fossem capaz de proporcionar melhoria na qualidade de vida e bem estar da população atendida, embora poucas unidades habitacionais tenham sido direcionadas à população de menor renda (PORANGABA, 2020).

No início da década de 1960 realizou-se um evento que marcou em âmbito nacional as questões de moradia no Brasil. O Seminário Quitandinha é considerado um marco histórico relacionado à luta pela reforma urbana no Brasil, um momento com grandes mobilizações da população em busca das reformas de base, período democrático que antecedeu a Ditadura Militar em 1964. As reformas propostas faziam parte da agenda política de 1960, mobilizando a sociedade para a realização de mudanças estruturais, envolvendo diferentes reformas tais como institucionais, direito à propriedade fundiária rural e urbana. Este encontro ampliou os debates em relação às articulações para a inclusão de aspectos urbanos e habitacionais em pautas de reformas. No documento elaborado constavam as diretrizes para o desenvolvimento do país, uma medida adotada para a contenção da crise econômica que ameaçava a estabilidade do governo vigente neste período.

Nesse raciocínio, o então presidente Castelo Branco, por meio do Decreto-Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, consolidou o Plano Nacional de Habitação (PNH) através da institucionalização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que foi transformado no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Assim, com a aprovação desta lei, a habitação de baixa renda passa a se chamar Habitação de Interesse Social, extinguindo o termo Habitação Popular (PORANGABA, 2020).

3. Estudo de caso

3.1. Contextualização geral

O município de Lajeado, localizado a 117 km da capital gaúcha, Porto Alegre, é considerado o polo de comércio e serviço do Vale do Taquari, exercendo papel fundamental no desenvolvimento regional. Com 85 mil habitantes estimados para o ano de 2020 (IBGE, 2010), o município tem seu tecido urbano fragmentado em quadrantes por rodovias. A segregação das áreas em quadrantes acarreta em uma ocupação densa na área central, no

entorno das rodovias, gerando espaços periféricos mais distantes da centralidade municipal. A partir desse panorama, é possível entender o contexto histórico dos assentamentos de habitações em bairros localizados às margens do território. O bairro Santo Antônio, local de estudo da pesquisa, faz parte da área urbana periférica do município e possui como limites geográficos o Rio Taquari e a rodovia RS-130, caracterizando tal segregação na porção sul de Lajeado-RS.

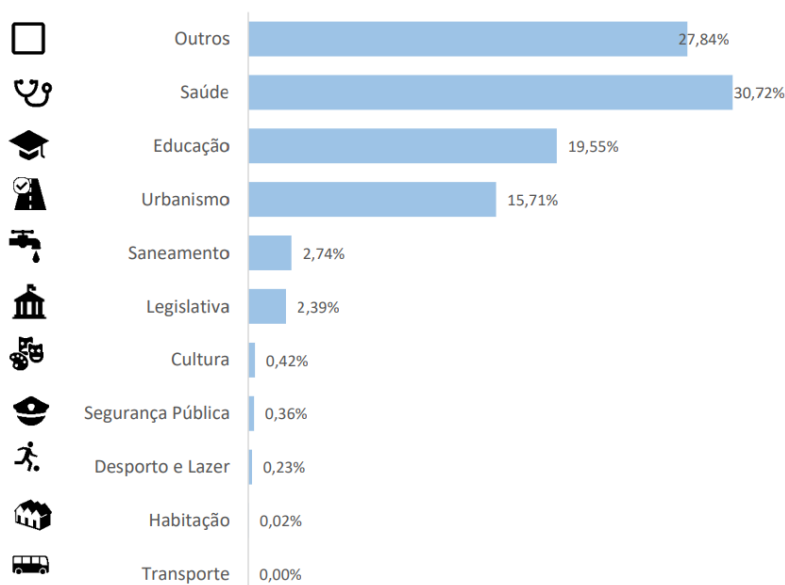
3.2. Legislação e dados

O Plano Diretor de Lajeado (Art. 3º, 2020) institui como um dos objetivos gerais para desenvolvimento urbano municipal o “atendimento das necessidades e carências básicas da população quanto às funções de habitação, trabalho, lazer e cultura, circulação, saúde, abastecimento e convívio com a natureza”. Aliado à isso, lista como um dos objetivos do Sistema Municipal de Planejamento - SIMPLA (PDL, Art. 5º, 2020):

I - acompanhar e avaliar a implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saneamento básico e de transportes urbanos, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

Ao confrontar os objetivos citados no plano diretor com os dados obtidos no Perfil das Cidades Gaúchas (DATA SEBRAE/RS, 2020), é possível identificar que as despesas municipais de Lajeado concentram-se principalmente em saúde, educação e urbanismo, enquanto habitação está entre as categorias que menos recebe investimento (0,02%).

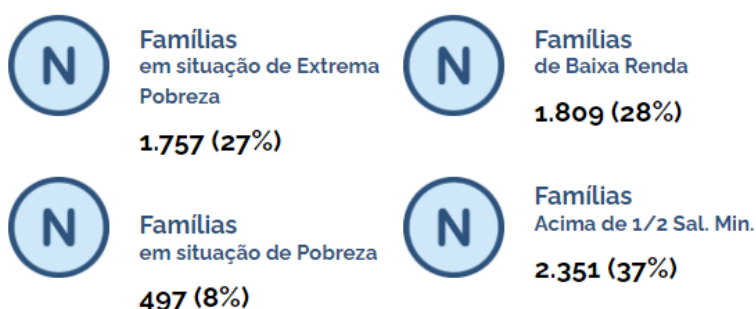
Figura 1: Despesas municipais de Lajeado – 2019.



Fonte: Perfil das Cidades Gaúchas, Lajeado – (DATA SEBRAE/RS, 2020).

Os dados de renda e de vulnerabilidade social registrados no Cadastro Único do Auxílio Brasil (SENAR, 2022), do ano de 2022, nos trazem um cenário agravante. Cerca de 6.300 famílias estão cadastradas e dessas, 4.019 famílias possuem renda familiar de até ½ salário mínimo, sendo este avaliado em R\$ 1.212,00, em 2022. Ao desdobrarmos esse quantitativo, tem-se 28% das famílias que estão em situação de extrema pobreza, enquanto outros 28% são de baixa renda.

Figura 2: Famílias cadastradas no CADÚNICO – 2020.



Fonte: MC, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENAR (2022).

A totalidade de pessoas cadastradas, em maio de 2022, atinge a marca de quase 15 mil e dessas, mais de 50% se enquadram em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda.

Figura 3: Pessoas cadastradas no CADÚNICO – 2020.



Fonte: MC, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENAR (2022).

Por meio da parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) de Lajeado foi possível acessar o número de famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil em cada bairro. Com isso, verifica-se que o Santo Antônio é, atualmente, o bairro com maior número de famílias cadastradas, o que reforça a sua preferência como área prioritária para aplicação do estudo em um primeiro momento. Se compararmos com o Centro, que é o segundo bairro com maior número de famílias cadastradas, é possível observar que o número de famílias é a metade do número do Santo Antônio, ainda que a sua população do primeiro seja o dobro da população do segundo.

Tabela 1: Famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil em Lajeado (distribuídas por bairro).

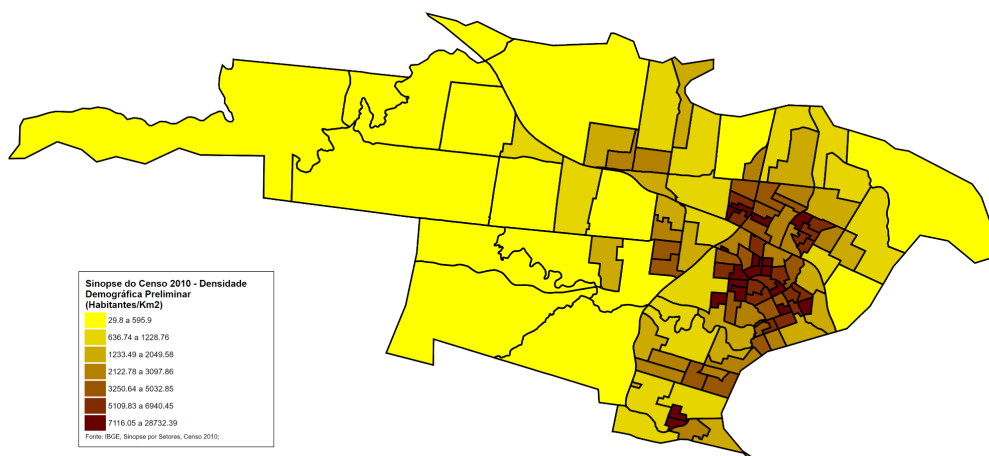
Famílias beneficiárias extinto Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil) por bairros:		
Bairro	Nº Habitantes	Número de Famílias
Centro	7.055	147
Moinhos	5.528	48
Florestal	4.999	33
Montanha	4.000	19
Conventos	3.423	23
Americano	2.684	12
Hidráulica	2.368	18
Moinhos D'Água	2.152	14
Alto do Parque	1.618	8
São Bento	1.525	9
Bom Pastor	1.118	12
Floresta	500	2
São Cristóvão	7.039	29
Olarias	2.195	41
Campestre	1.985	47
Santo André	1.966	32
Centenário	1.704	33
Planalto	1.502	48
Carneiros	1.279	15
Igrejinha	936	19
Imigrante	666	2
Universitário	3.750	18
Jardim do Cedro	3.692	102
Santo Antônio	3.260	356
Conservas	2.336	91
Morro 25	1.316	62
Nações	584	11

* Número de habitantes: Dados do IBGE
* Número de famílias: Dados produzidos pelo Setor da Vigilância Social em dezembro de 2021.

Fonte: SMDS (2022).

Contrapondo esses dados com a densidade demográfica dos bairros no município de Lajeado (IBGE, 2010), ilustrada na figura 4, percebe-se também que os setores mais densos concentram-se nos dois bairros supracitados, Centro e Santo Antônio.

Figura 4: Densidade demográfica preliminar por setores (hab/km²) de Lajeado.



Fonte: Sinopse por setores-IBGE (2022).

A partir dos dados reunidos até o momento, viabiliza-se a espacialização da problemática para a qual o projeto de pesquisa busca contribuir e, assim, traçar a metodologia de abordagem mais adequada.

4. Metodologia

A pesquisa está presente nas atividades de ensino e extensão pertinentes à formação do cidadão considerando os conhecimentos ligados aos temas de interesse social em questão. A pauta sobre o direito à cidade e à moradia digna são emergentes e a pesquisa permite constituir-se como um princípio educativo e científico, favorecendo o diálogo entre a teoria e a prática. Permite que se aprenda continuamente, como exercício de autoria, de mudança, de desconstrução, de construção e de reconstrução. Dessa forma, para o desenvolvimento desta investigação foram dispostas cinco etapas. O primeiro momento da pesquisa envolve o estudo sobre a temática envolvendo leituras dirigidas e revisão bibliográfica na área da Habitação Social, suas interfaces com outros projetos sociais e sua inserção nas cidades. Para essa etapa serão organizadas fichas de leitura e registro com os aspectos relevantes que serão pertinentes ao entendimento do Estado da Arte e posterior aplicação nas etapas subsequentes.

Outro momento da pesquisa envolve o estudo sobre os parâmetros que se referem a qualificação da inserção urbana com base no Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP. Estes critérios servem para aferir a situação atual das áreas de interesse social na cidade. Além disso, tal ferramenta metodológica servirá de base para formar as diretrizes de novos projetos de interesse social. A partir desse documento, serão aplicadas e divididas cinco temas, analisando dessa forma: o acesso viário entre a situação atual/empreendimento e o seu entorno, o acesso aos transportes públicos coletivos, o acesso às atividades de lazer, cultura e esporte, o acesso aos estabelecimentos de comércio e serviços e o acesso aos equipamentos públicos comunitários.

A terceira etapa de pesquisa consiste na análise de condicionantes de habitabilidade, avaliando os aspectos como ventilação, iluminação natural, as propriedades térmicas dos elementos construtivos, os equipamentos, os sistemas eficientes, as estruturas e a identificação de patologias e como elas podem implicar na questão de habitabilidade e saúde.

A partir dos conceitos expostos nas etapas supracitadas, pretende-se realizar um mapeamento das áreas de interesse social e um diagnóstico. O mapeamento, quarta etapa da pesquisa, será realizado em paralelo às etapas 2 e 3, construindo um documento que possa servir de base para futuras ações e melhorias no planejamento da cidade. Este mapeamento irá pontuar a localização da habitação e as condições avaliadas segundo os critérios estabelecidos nas fases iniciais da pesquisa. Além disso, o mapeamento permitirá verificar locais de interesse para novos investimentos na área da arquitetura e do urbanismo

social. Por meio do mapeamento das áreas de interesse social e do diagnóstico realizado, considerando as orientações das etapas anteriores, é possível traçar diretrizes para melhorias relacionadas tanto à habitação, quanto aos aspectos de inserção na cidade. Essas serão baseadas, primeiramente, de acordo com os indicadores do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITD considerando aspectos relacionados à mobilidade, acessibilidade e equipamentos. Dentre esses é possível analisar a eficiência da inserção urbana considerando aspectos de mobilidade, acessibilidade e equipamentos.

Nos fundamentos referentes à arquitetura bioclimática, destacam-se que as diretrizes serão criadas a partir dos conceitos de ventilação e iluminação natural; propriedades térmicas dos elementos construtivos; e equipamentos e sistemas eficientes. Aliado a isso, a identificação de patologias e problemas de construção permitirão planejar futuras ações e melhorias. Fundamentadas pela metodologia, as diretrizes poderão auxiliar no âmbito local e regional, uma vez que estas irão amparar os futuros projetos da Prefeitura Municipal, por meio das Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS e Secretaria do Planejamento - SEPLAN.

A última etapa consiste na elaboração de um documento norteador que tem o intuito de orientar os gestores públicos, moradores e demais interessados nos resultados da pesquisa. Para a realização da síntese conta-se com o envolvimento da equipe do projeto, parceiros e comunidade. Trata-se, portanto, de um processo marcado por trocas, integrando a universidade - seus estudantes e professores -, com as comunidades. Ao vincular disciplinas dos cursos é possível uma aproximação às diretrizes do Plano Nacional de Educação - PNE, quanto à curricularização da extensão, reforçando a importância e flexibilidade do projeto. Por fim, a etapa final da pesquisa pretende organizar uma síntese do estudo realizado, criando um documento em formato de e-book que reúna os resultados da pesquisa e o trabalho realizado em todas as etapas citadas na metodologia.

5. Considerações Finais

Atualmente a pesquisa está em desenvolvimento em seus estudos iniciais e conta com o suporte das ações dos projetos de extensão. Com base no diagnóstico, objetiva-se estabelecer diretrizes técnicas na área de arquitetura, urbanismo e engenharia que permitam qualificar os futuros projetos sociais no Município de Lajeado, além de relacionar possíveis melhorias habitacionais e condições sanitárias nas comunidades que apresentam potencialidades para ações desta natureza. Através de uma análise crítica, também propõe-se provocar mudanças sobre o modo de ver e enfrentar a problemática da Habitação de Interesse Social, resgatando as questões de Direito à Cidade e à Moradia Digna. Entende-se que a vinculação das disciplinas dos cursos possibilita uma aproximação às diretrizes de curricularização da extensão, reforçando a importância e flexibilidade do projeto. As ações em pesquisa e extensão universitária possibilitam aos estudantes a aproximação com a comunidade, na qual o acadêmico reconhece as necessidades dos

indivíduos, proporciona trocas de conhecimentos e assim estabelece vínculo com a comunidade. A partir dessas vivências são desenvolvidas habilidades atitudinais importantes para a formação de profissionais mais participativos e engajados, reforçando a importância do papel social dos cidadãos. A interação entre diferentes contextos sociais incentiva o empoderamento de moradores locais, conduz a uma melhora no bem-estar, e otimiza os processos relacionados às condições das moradias no Município de Lajeado. Nesse sentido, a pesquisa também tem por objetivo promover a interface entre a tríade ensino-pesquisa-extensão de modo prático e contextualizado regionalmente considerando a problemática referente aos tão emergentes temas do planejamento urbano e da habitação de interesse social.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: **Edificações Habitacionais**. Rio de Janeiro, 2013.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3. ed. São Paulo: Estação Perspectiva, 2001.

BRASIL. Lei n 10.257 de 10 de julho de 2001 - **Estatuto da Cidade**.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 01 - Cem anos de política pública no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2014.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CASTRO, Gilberto Ribeiro de. **O Surgimento das Cidades**. Revista Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Faculdade de Nova Serrana - Fans, v. II, edição 07, p. 177-194, 2018.

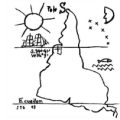
CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL (1824). LEI Nº 234, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 31 de jul. 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). LEI Nº 11.888, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm>. Acesso em 28 de jul. 2022.

DATA SEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas - Lajeado**, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Lajeado.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Guanabara, RJ, 1986.

LAJEADO. **Lei nº 11.052, de 26 de agosto de 2020**. Leis Municipais: Plano Diretor de Lajeado, 2020. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-lajeado-rs>>. Acesso em: 28 jul. 2022.



MÜLLER, Doris Maria. **Crescimento Urbano: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari**. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR, 1976. p. 47-120.

PORANGABA, A. T. **A habitação para a população de baixa renda no Brasil: termos e conceitos difundidos pela Política Nacional de Habitação**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v. 22, E202038, 2020.